



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 13682.000119/99-51  
SESSÃO DE : 10 de novembro de 2000  
ACÓRDÃO N° : 301-29.486  
RECURSO N° : 121.765  
RECORRENTE : EUILTON FERREIRA DA MOTA  
RECORRIDA : DRJ/JUIZ DE FORA/MG

**ITR** – Comprovado não ser o recorrente proprietário e nem possuidor a qualquer título do imóvel rural, há de se cancelar o lançamento do imposto.  
**RECURSO PROVIDO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso voluntário, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 10 de novembro de 2000

23 MAR 2001

MOACYR ELOY DE MEDEIROS  
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: FRANCISCO JOSÉ PINTO DE BARROS, LUIZ SÉRGIO FONSECA SOARES, CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO, MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ e PAULO LUCENA DE MENEZES. Ausentes as Conselheiras LEDA RUIZ DAMASCENO e ROBERTA MARIA RIBEIRO ARAGÃO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 121.765  
ACÓRDÃO Nº : 301-29.486  
RECORRENTE : EUILTON FERREIRA DA MOTA  
RECORRIDA : DRJ/JUIZ DE FORA/MG  
RELATOR(A) : MOACYR ELOY DE MEDEIROS

RELATÓRIO

Euilton Ferreira da Mota é notificado a recolher o ITR/95 e contribuições acessórias (doc. fls. 02), incidentes sobre a propriedade do imóvel rural denominado "Fazenda Barreiro da Amburana", localizado no município de Itacarambi – MG, com área de 242,0 hectares, cadastrado na SRF sob o nº 4313293-6.

Impugnando o feito às fls. 01, o contribuinte alega não ser proprietário do imóvel em questão.

A autoridade julgadora de primeira instância, mantém na íntegra o lançamento, em decisão assim ementada (doc. fls. 15/16):

**"IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR.**

Exercício 1995.

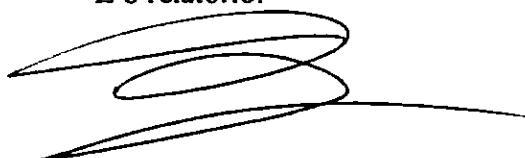
**SUJEIÇÃO PASSIVA** – As certidões públicas lavradas com o fito de elencar os imóveis possuídos por determinado contribuinte devem se referir ao ano do lançamento. Caso contrário, não constituem prova eficaz.

**LANÇAMENTO PROCEDENTE."**

Inconformado com a decisão singular, o sujeito passivo interpõe, tempestivamente, recurso voluntário (doc. fls. 35), reiterando o argumento da inicial, afirmando ser a cobrança oriunda de uma duplicidade de cadastro junto à SRF, e traz aos autos as certidões de fls. 36 e 37 dos cartórios de Registro de imóveis da Comarca de Manga – MG e da Comarca de Januária - MG.

Às fls. 38, consta prova do recolhimento do respectivo depósito recursal.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 121.765  
ACÓRDÃO Nº : 301-29.486

VOTO

A interposição do recurso se deu tempestivamente e com o respectivo depósito de 30% do total do crédito tributário mantido em primeira instância, portanto, merece ser conhecido.

É incontestável que nas certidões de fls. 36 e 37, dos cartórios de Registro de imóveis da Comarca de Manga – MG e da Comarca de Januária - MG, o recorrente não configura como proprietário do imóvel rural denominado “Fazenda Barreiro da Amburana”, localizado no município de Itacarambi – MG, com área de 242,0 hectares, cadastrado na SRF sob o nº 4313293-6, na data do fato gerador do ITR/95.

A transferência e a prova da propriedade de imóveis se dá com o registro da escritura pública no cartório de Registro de imóveis competente.

Dessa forma, voto no sentido de dar provimento ao recurso para se cancelar o lançamento em lide.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2000



MOACYR ELOY DE MEDEIROS - Relator



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
PRIMEIRA CÂMARA**

Processo nº: 13682.000119/99-51  
Recurso nº : 121.765

**TERMO DE INTIMAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador Representante da Fazenda Nacional junto à Primeira Câmara, intimado a tomar ciência do Acórdão nº 301.29.486.

Brasília-DF, 12.02.01.....

Atenciosamente,

Moacyr Eloy de Medeiros  
Presidente da Primeira Câmara

Ciente em 23 de março de 2001

Deixo de recorrer, ante a ausência de  
presupostos processuais.

LIGIA SCAFF VIANNA  
Procuradora da Fazenda Nacional